



A POLUIÇÃO AMBIENTAL E O INTENSO CONSUMO DOS RECURSOS NATURAIS - POSSÍVEIS CAUSAS DE CONFLITOS INTERNACIONAIS

Cel.-Av. R/R Vicente Cavaliere

Diz a lenda que, há muito tempo atrás, existia uma civilização avançada, com um desenvolvimento científico e tecnológico tão grande que lhe permitia, inclusive, manipular as forças da natureza.

As demais civilizações contemporâneas foram subjugadas, pois eram bem mais atrasadas.

Mas os governantes daquela nação, ávidos em obter cada vez mais poder, abusaram na utilização dessas forças e passaram a agredir a natureza.

A reação foi imediata - o continente, com sua nação, com seu povo, com seus políticos e com seus governantes, foi tragado para sempre pelas águas do Oceano Atlântico...

(“Lenda da Atlântida”)



S seja lenda ou seja história real, o que aconteceu com a Atlântida pode servir como ensinamento e como sinal de alerta para nós, habitantes do planeta, principalmente para aqueles que têm alguma responsabilidade na condução dos destinos das nações.

Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. Apesar disso, cada país luta por sua sobrevivência e por sua prosperidade como se fosse o único no mundo, quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Alguns países consomem os recursos da Terra a um tal ritmo que, provavelmente, pouco sobrá para as gerações futuras.

Hoje, a dimensão de nossa intervenção na natureza é cada vez maior, e os efeitos de nossas decisões ultrapassam fronteiras nacionais, podendo gerar conflitos entre nações.

Há, também, tendências ambientais que ameaçam modificar radicalmente o planeta e ameaçam a vida de muitas espécies, incluindo a espécie humana.

Normalmente, os efeitos de uma agressão ao ambiente não se disseminam somente ao interior de uma nação, mas também a várias nações. Os ecossistemas não respeitam fronteiras nacionais. A poluição das águas vai tomando rios, lagos e mares que banham mais de um país. Através da atmosfera, a poluição do ar se espalha até bem longe. Os efeitos de acidentes mais sérios - principalmente em reatores nucleares ou em fábricas e depósitos que contêm materiais tóxicos - podem espalhar-se por toda uma região.

Raramente a pressão ambiental é a única causa dos principais conflitos entre as nações. No entanto, ela poderá ser um elemento importante e, em certos casos, catalisador no conjunto de causas ligadas a qualquer conflito.

Portanto, deve-se aprimorar e ampliar, sem demora, a capacidade de identificar, de

avaliar e de divulgar os riscos de danos irreversíveis aos sistemas naturais e as ameaças à sobrevivência, à segurança e ao bem-estar da comunidade mundial.

Se medidas concretas de cooperação internacional não forem tomadas no presente, em uma visão prospectiva, poderemos presenciar uma terrível ironia: um simples conflito, motivado pela utilização de recursos naturais ou pela poluição ambiental, evoluir para um conflito ainda maior, e que causaria a maior de todas as agressões à natureza - um conflito nuclear.

E, aí, não seria apenas um continente a ser tragado pelas águas do Atlântico. O planeta Terra seria “tragado” pela imensidão sideral, pulverizado que foi por suas bombas nucleares.

Espera-se, apenas, que algum ser humano, antes de sucumbir ao holocausto nuclear, escreva e envie para o espaço a ... **“Lenda da Terra”!**

O primeiro conflito, do qual se tem notícia, em função de utilização de recursos naturais e de poluição do meio ambiente, está descrito na fábula “O Lobo e o Cordeiro”. Segundo esta, um lobo está bebendo água rio acima, e um cordeiro também está bebendo água rio abaixo. O lobo, então, pergunta ao cordeiro: “- Cordeiro, por que é que você está sujando a água que eu bebo?” O restante da fábula todos conhecem.

Será que este tipo de procedimento também acontece entre nações? Por exemplo, as nações do primeiro mundo, mais desenvolvidas, mais fortes econômica e militarmente, e que mais poluem a atmosfera com os gases CO₂, podendo ocasionar o “efeito-estufa”, como veremos adiante, questionam - e culpam - as nações em desenvolvimento por causa das queimadas em suas florestas. Esse modo de proceder, idêntico ao da fábula, contém a poten-



cialidade de ser, no futuro, o catalisador ou o desencadeador de um conflito entre nações.

No passado, as nações freqüentemente lutaram para ter ou manter o controle de matérias-primas, por suprimento de energia, por territórios, por bacias fluviais, por passagens marítimas e por outros recursos ambientais básicos. A busca de matérias-primas foi, em grande parte, responsável pela competição entre as potências colonizadoras.

No futuro, esses conflitos tenderão a aumentar, à medida que os recursos escasseiam e aumenta a competição por eles, e na medida em que aumentam as agressões ao ambiente.

“Apesar das profundas mudanças que se verificam no contexto internacional, **o poder militar ainda continua como fator de dissuasão necessário para a resolução de disputas.**

Atualmente, apontam-se novas ameaças, tais como o fundamentalismo islâmico, os governos radicais, o narcotráfico e a **questão ambiental**. Da mesma forma, continua presente a possibilidade de intervenção armada, desta feita, sob a alegação de razões humanitárias, ameaças à paz e à segurança (Panamá, Iraque, Somália), desde que os interesses dos Estados Unidos e de outras potências (Inglaterra, França, Alemanha, etc.) estejam em perigo. **Aumentam de importância as questões relacionadas com a preservação do meio ambiente**, as migrações, a manutenção da democracia e os direitos humanos, que deverão afetar, de uma forma ou de outra, o tratamento a ser dispensado ao tema da Segurança, tanto na esfera bilateral como multilateral.”¹

Podemos citar, como primeiro fator de conflito, a utilização da água.

No passado, já houve disputas por águas fluviais na América do Norte (o rio Grande),

na América do Sul (os rios da Prata e Paraná), no sul e no sudeste da Ásia (rios Mekong e Ganges), na África (o Nilo) e no Oriente-Médio (Jordão, Litani, Orontes e Eufrates). Hoje, já existem países que sofrem de uma grave escassez de água. No futuro, haverá uma competição, cada vez maior, por água para irrigação, para indústrias e para uso doméstico.

Será que, futuramente, a bacia amazônica - maior reserva de água doce do planeta (14 a 20% do total) - será considerada como uma reserva estratégica para a humanidade? O que acontecerá se algum país membro do Conselho de Segurança da ONU resolver desencadear uma intervenção na Amazônia, alegando a preservação do meio ambiente e das reservas de água doce?

“Na hipótese de propostas de intervenção ou de inter-nacionalização da Amazônia, o Brasil teria poder para impedir (vetar) uma decisão da ONU nesse sentido? Na atmosfera retórica das Nações Unidas, todos os países soberanos do mundo são iguais, mas todos sabem que os Estados Unidos têm o poder de veto que o Brasil não tem.”²

Fora dos limites territoriais dos países soberanos, somente uns fracos tratados limitam o aproveitamento dos recursos dos oceanos para a pesca, para o desenvolvimento mineral ou de energia, para a navegação e para o depósito de lixo. A captura de peixes segue crescendo, acercando-se ao limite máximo do sustentável. Este limite já foi excedido em algumas zonas pesqueiras, gerando o colapso das capturas.

Em 1974, a Islândia, que depende muito de sua indústria pesqueira, viu-se envolvida numa “guerra do bacalhau” com o Reino Unido. Nós já tivemos a nossa “guerra da lagosta” com a França.

1 - Pimentel, J. A. "Nuevas Propuestas de Seguridad en Latino America". Instituto de Investigaciones de Relaciones Internacionales. Chile, 1994.

2 - Mendonça, Ana Maria, Jornal "Correio Braziliense", 17/05/1991.



Atualmente, existe um grande problema entre Canadá e Espanha, por causa da zona pesqueira situada próxima ao Canadá, em que a pesca está sendo feita em quantidades bem acima da capacidade de regeneração dos cardumes.

Uma nova disputa está nascendo, e novamente com a Espanha, pois esta se acha com o “direito adquirido” de pescar 40% da produção anual de atum nas costas brasileiras.

Os conflitos do Oriente-Médio contêm, inevitavelmente, as sementes da intervenção de uma grande potência e de uma conflagração mundial, em parte devido ao interesse internacional pelo petróleo. A Guerra do Golfo foi uma pequena amostra.

Tratando-se de reservas mundiais de petróleo conhecidas, o Iraque possui 6,2%, o Kuwait 13,0% e a Arábia Saudita 24,2%. Deixar que o Iraque mantivesse a ocupação do Kuwait seria o mesmo que entregá-lo, a curto prazo, um total de 43,4% dessas reservas. Caso o Iraque estabelecesse novas regras para o petróleo no mercado internacional, a grande consequência seria o desemprego e a recessão nos países do primeiro mundo.

Portanto, “... a simples ocupação do Kuwait não seria razão suficiente para os aliados colocarem em risco vidas de seus compatriotas. Contudo, quando essa ameaça colocava em risco a estabilidade econômica, toda ação, por mais violenta que fosse, estaria justificada.”³

As chuvas ácidas, associadas principalmente à poluição industrial e automobilizadora, estão afetando seriamente a Europa e a América do Norte, com consequências graves sobre os bosques, os climas locais, a biologia aquática, a erosão dos solos, a sedimentação e as inundações.

As indústrias do nordeste dos Estados Unidos, principalmente as automobilísticas, e

as usinas termoeletricas emitem gases para a atmosfera, os quais provocam chuvas ácidas, tanto em seu próprio território como no vizinho Canadá, e estão gerando protestos por parte deste e uma intensa disputa diplomática.

Um outro fator de conflito é o destino a ser dado aos resíduos tóxicos e radioativos.

Nos países industrializados, em geral, foram instituídas normas e padronizações de contaminação mais exigentes e controles mais severos e eficientes. Isto levou a que as indústrias multinacionais transfiram as tecnologias mais poluentes para os países da América Latina e do Caribe, assim como a outros do terceiro mundo. A EMBRAER, por exemplo, produz grandes peças em fibra de carbono para os jatos comerciais de grande porte. E essa fibra é cancerígena.

Um fato mais recente é a exportação de despejos industriais tóxicos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, normalmente de forma enganosa ou clandestina.

O que mais chama a atenção da mídia, nos dias de hoje, é o “efeito-estufa”.

A teoria do “efeito-estufa” teve origem com o “prêmio Nobel” Svante Arrhenius. Ele argumentou que, se aumentarmos a quantidade de gases que retêm o calor, como o CO₂, na atmosfera, então a temperatura geral da Terra aumentará 6 graus Celsius nas próximas décadas, pela retenção dos raios infravermelhos provenientes do sol, como se fosse uma estufa. As consequências mais graves do aquecimento climático se traduzirão, muito provavelmente, em uma ascensão geral do nível do mar, com a consequente inundação de muitas zonas costeiras, incluindo cidades importantes, e desaparecimento de milhares de ilhas.

Em função disso, em 1994, alguns países já protestaram, formalmente, na ONU - a

3 - Citação de congressista americano, no Washington Post, por ocasião da Guerra do Golfo.



Holanda, com relação às queimadas na Amazônia, e o pequeníssimo arquipélago de Tuvalu, com relação às queimadas na Austrália.

Em 2001, os jornais noticiaram: “O efeito-estufa está criando os primeiros refugiados ambientais da história. Os 11 mil habitantes de Tuvalu se preparam para abandonar sua terra natal e escapar da ameaça representada pelo avanço do mar. Ao longo do século XX, o nível das águas elevou-se de 20 a 30 centímetros. Para os próximos cem anos, a previsão é de uma elevação de um metro, fazendo o país desaparecer totalmente. Os tuvaluanos tiveram abrigo negado na Austrália e Nova Zelândia. Esta semana, anunciaram que estão em busca de um país que os acolha o mais brevemente possível, porque já enfrentam problemas decorrentes da inundação das terras mais baixas.”⁴

As nações do primeiro mundo, como mencionamos no início, são as que mais poluem a atmosfera, com os gases CO₂ emitidos (80% do total) por sua imensa frota de veículos e por suas indústrias. Anualmente, são despejadas na atmosfera sete bilhões de toneladas deste gás.

“Em 1997, no Japão, foi assinado o Protocolo de Kioto, mas os países do primeiro mundo se recusaram a assiná-lo. De acordo com este protocolo, os países desenvolvidos precisam, até 2012, reduzir em 5% as emissões de gases. Porém, em novembro de 2000, três anos após, as emissões não só não diminuíram como aumentaram em 10%.”⁵

“Em novembro de 2000, representantes de várias nações, inclusive do Brasil, participaram de mais uma rodada de negociações, na “VI Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas”. Nesta, foi discutido o futuro do planeta e, principalmente, o novo desenho das economias globalizadas. Está em jogo um mercado que envolve cifras na casa dos trilhões de dólares, na forma do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo” e outros instrumentos ditos de flexibilização, que são a “Implementação Conjunta” e os “Certificados de Redução de Emissões”. Deve ser ressaltado que a redução de emissões representa, em muitos casos, uma drástica mudança da matriz energética. Países que têm sua economia movida a combustíveis fósseis (petróleo e carvão) terão de despende enormes quantias se decidirem pela redução pura e simples de suas emissões. As quantias envolvidas são astronômicas: evitar que a temperatura do planeta suba um grau até 2050 exigirá gastos da ordem de 1,3% do PIB mundial, algo em torno de US\$ 4 trilhões.”⁶ E, mais uma vez, a Convenção encerrou seus trabalhos sem que os países do primeiro mundo assinassem qualquer tipo de acordo.

Assim sendo, estas nações do primeiro mundo, diretamente ou por meio de Organizações Não-Governamentais (ONG) fortemente subsidiadas, ou por meio dos “lobbies” das indústrias automobilísticas, procuram difundir mundialmente a idéia de que as nações em desenvolvimento são as únicas culpadas por este fenômeno, por causa das queimadas em suas florestas.

Os clorofluorcarbonos (CFC) e outros gases ativos reagem muito agressivamente, destruindo as moléculas de ozônio que se acumulam na estratosfera e que atuam como uma tela protetora que absorve grande parte das radiações ultravioletas provenientes do sol.

4 - Jornal “O GLOBO”, novembro de 2001.

5 - Cardoso, Paulo Henrique. Diretor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Jornal “O GLOBO”, novembro de 2000.

6 - Jornal “O GLOBO”, novembro de 2000.



Os países desenvolvidos produzem 95% destes gases, e 84% é consumido por eles mesmos, sendo que 91% dos gases produzidos em um ano escapam para a atmosfera no decorrer do mesmo ano de fabricação. Porém, os efeitos da redução da camada de ozônio sobre a saúde humana e a vida marinha são globais.

Mas, outra vez, a mídia internacional e as ONG apontam as queimadas como sendo as únicas culpadas pela destruição da camada de ozônio.

O risco da guerra nuclear continua sendo a ameaça mais importante à sobrevivência da espécie humana. Se bem que se haja tomado medidas para o desarmamento nuclear, a capacidade de destruição em massa, por parte das grandes potências, continua intacta. A potencialidade nuclear do mundo alcança, na atualidade, entre 15.000 e 20.000 megatons (equivalente a 1,4 milhões de bombas iguais à de Hiroshima).

Em novembro de 2001, foram iniciadas conversações entre Estados Unidos e Rússia, objetivando a redução do número de ogivas nucleares, mas, até hoje, ainda não chegaram a nenhum entendimento.

Uma guerra nuclear, mesmo limitada, ocasionaria danos imprevisíveis a todo o planeta. Este risco de guerra limitada aumenta à medida que materiais nucleares, necessários para a confecção destes artefatos, estão sendo vendidos, clandestinamente, por países integrantes da antiga URSS a vários países com instabilidade política ou com fanatismo religioso. Os dirigentes da organização terrorista “Al-Qaeda” afirmam que possuem artefatos nucleares e fazem ameaças de empregá-los.

Muitas disputas e conflitos podem ser evitados ou resolvidos mais prontamente se os princípios, direitos e responsabilidades se basearem em estruturas legais nacionais e internacionais e forem absolutamente



Missil Balístico Trident

respeitados e implementados por muitos países.

Já existem vários acordos internacionais em relação ao meio ambiente. Esses acordos têm, como objetivo final, a obtenção de um **desenvolvimento sustentável** de todos os países, em um clima de harmonia entre eles.

As nações devem concentrar-se em seu futuro comum.

Devem enfrentar o desafio comum de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável e agir em harmonia, para por fim às fontes ambientais de conflito, cada vez mais numerosas.

Desse modo, no futuro, não apenas uma, mas inúmeras pessoas poderão contar, não a “lenda”, mas a **“História do Desenvolvimento Harmônico e Sustentável do Planeta Terra”**.

